

ARTIGOS

RECONFIGURAÇÃO DO ESTADO E RECOLONIZAÇÃO DO BRASIL

ISRAEL LUZ

O Estado burguês brasileiro está assumindo uma nova forma. Essa reconfiguração é impulsionada pelas características que o capitalismo adquire nos últimos 30 anos em nosso país, estimuladas a partir do exterior. Nesse sentido, esse processo corresponde às necessidades de uma classe proprietária, associada a parceiros internacionais, que se comporta crescentemente como uma força de ocupação em solo estrangeiro.

Este processo inclui o desmonte do que ainda resta do Estado erigido no período populista e das conquistas da Constituição de 1988. São fenômenos bastante conhecidos tanto o subfinanciamento quanto o repasse das verbas públicas para empresas privadas prestarem serviços de saúde e educação. A atenção estatal não desaparece, mas deve se restringir apenas aos mais pobres.

Empresas industriais e de energia são vendidas no todo ou em partes. No segundo caso, quando uma parcela do controle se mantém nas mãos do Estado brasileiro, fica patente que este se resume ao das partes menos complexas da cadeia produtiva, como pode ser visto no caso da Petrobrás.

Ao mesmo tempo em que renuncia ao atendimento universal de necessidades básicas da população e renuncia às alavancas que permitiriam interferir na economia, o Estado mantém firme o controle do aparato repressivo.

Que marcas a recolonização que vivemos imprime no Estado como aparelho de dominação de classe? Essa é a questão de que trataremos a seguir.

QUE LIBERALISMO?

A agenda política, econômica e social é comumente chamada de neoliberal de modo genérico des-

de os anos de 1990. Mas os efeitos do Consenso de Washington influenciaram, já na última década do século XX, reformulações cujo objetivo foi atenuar os problemas sociais aprofundados pelas reformas.

A lista original³⁷ de John Williamson não arrolava nem uma só medida voltada a interesses populares. Em suma, concentrava-se em torno da contenção de gastos públicos, privatizações, abertura comercial e, claro, garantia dos direitos de propriedade privada.

Como base para orientação de governos semicoloniais, nomeadamente na América Latina, provou-se um desastre político ao deteriorar as condições de vida onde nunca havia existido nada semelhante a um Estado de Bem-Estar Social. Este resultado obrigou os ideólogos do capital a se mostrarem, digamos, mais sensíveis à “questão social”.

O próprio Williamson capitaneou uma das tentativas de ampliação do “consenso” original. Na medida em que não só as taxas de crescimento não voltaram ao patamar de meados do século XX, mas também a instabilidade social e política era um dos frutos mais notáveis do neoliberalismo, no final dos anos de 1990, o “social” ganhou ênfase por meio da defesa da capacitação dos mais pobres para o mercado de trabalho, estímulo ao sistema privado de previdência, flexibilização no mercado de trabalho, acesso ao microcrédito, entre outras medidas.³⁸

Bem mais recentemente, em 2019, Monica De Bolle ladeou a *The Economist* ao advogar um liberalismo no qual a taxação de grandes fortunas e as políticas sociais destinadas a diminuir a pobreza seriam coerentes com as regras de livre-comércio da OMC, priorização da sustentabilidade fiscal, política industrial que

37. 1. Disciplina fiscal; 2. Reordenamento dos gastos públicos; 3. Reforma fiscal; 4. Liberalização do setor financeiro; 5. Câmbio competitivo; 6. Liberalização comercial; 7. Abertura à inversão estrangeira; 8. Privatizações; 9. Desregulação; 10. Direitos de propriedade.

38. Rodrigo Castelo. O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

não privilegia nenhum setor em especial, privatização, entre outras medidas.³⁹

Como se vê, neoliberalismo e algumas das políticas sociais identificadas no Brasil como de esquerda não são excludentes. Os governos Lula (2003-2010) foram os melhores representantes do liberalismo com preocupação social: sem reverter a crescente desindustrialização, estimulando a criação de empregos nas faixas salariais mais baixas, deixando intocadas as privatizações de empresas estratégicas realizadas no governo anterior, o petismo elegeu o socorro aos mais pobres (em contraste com a classe trabalhadora) como vitrine da sua política social.

O chamado neodesenvolvimentismo do segundo governo Lula, de fundo, revelou-se uma orientação baseada na hipótese de que o crescimento econômico seria a chave para a diminuição das desigualdades sociais.⁴⁰

Nesse sentido, foi bastante funcional para legitimar os eixos fundamentais do programa neoliberal crescentemente repellido após os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002).

QUEM ESTÁ NO CONTROLE?

A continuidade fundamental da agenda estatal sugere a permanência de um mesmo consórcio de frações da classe dominante. A título de contraste com a orientação fundamental desde a década de 1990, lembremos a seguinte declaração de Getúlio Vargas:

Não nos podemos conformar [...] com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos.⁴¹

Todo o período anterior à década de 1950 é marcado, no País, no que toca à relação entre Estado e indústria, por incentivos bastante limitados e sem planejamento global: até o final dos anos 20, há estímulos concedidos assistematicamente e apenas a alguns tipos de indústria, além de dependência do mercado interno da renda gerada pelo setor exportador; de 1930 a fins da década de 1940, a demanda interna

passou a crescer baseada, em especial, na renda gerada nas atividades internas, e foi mantida alta pela defesa do café. Além disso, desvalorizações cambiais e restrições às importações dadas pela crise cambial serviram de pano de fundo para a substituição de importações de bens de consumo duráveis e alguns intermediários. Nos anos 40, o próprio Estado passou a investir na produção industrial de bens intermediários e de motores pesados.⁴²

A partir da década de 1930, e ainda mais no período entre 1951 e 1964, a incorporação do planejamento econômico como atributo do Estado burguês brasileiro levou à criação de estruturas político-administrativas de coleta de dados, elaboração de pesquisas, estipulação de previsões e de avaliação, necessárias para a diversificação do parque industrial e da estrutura energética, de transporte e circulação de mercadorias.

Tratava-se de um projeto nacional de classe. A complexificação do serviço público foi animada pela necessidade última da acumulação das novas multinacionais que se instalavam no país, bem como de seus sócios nacionais. Como assinala Ianni,⁴³ os custos desta modernização foram transferidos à classe trabalhadora e aos setores populares via política de arrocho salarial, cobrança de impostos e outros meios.

No governo Juscelino Kubitschek, há um passo à frente na coordenação, por parte do Estado, do processo de industrialização na articulação do capital privado nacional e do internacional. Seu plano concentrava-se em seis pontos iniciais: 1. Energia e Transporte; 2. Industrialização de base; 3. Racionalização da agricultura; 4. Valorização do trabalhador; 5. Educação; 6. Planejamento regional e urbano.

O país em que a industrialização associada ao capital estrangeiro estava profundamente ligada a um projeto nacional burguês passa a fazer parte do passado com a crise da dívida da década de 1980.

A partir de então, o objetivo se torna o controle dos gastos estatais, por meio de uma disciplina fiscal que prioriza subtrair gastos públicos tanto no setor produtivo, com as privatizações de empresas públicas, como na prestação de serviços à população. Pode-se dizer que a dissociação entre público e estatal, proposta por

39. Monica De Bolle. "Em nome do quê? A política econômica do governo Bolsonaro". In: Democracia em risco? São Paulo: Cia das Letras, 2019.

40. Plínio de Arruda Sampaio Jr. Desenvolvimentismo neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serv. Soc. Soc., n. 112, São Paulo, p. 672-688, out.-dez. 2012.

41. Citado por Octávio Ianni em Estado e Planejamento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: EDUFJRJ, 2009. (p.38)

42. Wilson Suzigan. Estado e industrialização no Brasil. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 8, n. 4., p. 05-16, out./dez. 1988.

43. Octavio Ianni no livro já referido.

Luiz Carlos Bresser-Pereira no governo FHC, é um projeto ainda não concluído, apesar das contribuições das sucessivas gestões federais desde então.

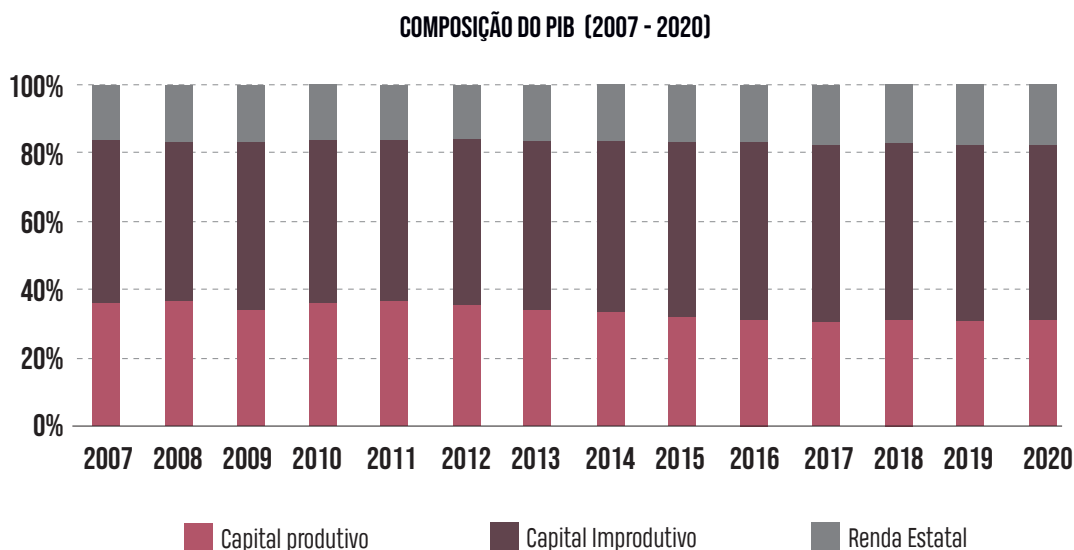
Cabe observar que o diagnóstico de um Estado perdulário se desfaz quando levamos em conta a compo-

sição do PIB segundo a contribuição do capital produtivo, capital improdutivo e renda estatal. Propositalmente, incluímos o segundo governo Lula na escolha dos dados, visto que foi o momento em o que debate sobre neodesenvolvimentismo foi forte.

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CAPITAL PRODUTIVO	36,00%	36,72%	34,67%	36,51%	36,74%	35,40%	34,60%	33,40%	31,93%	31,25%	30,80%	31,40%	30,98%	31,55%
CAPITAL IMPRODUTIVO	47,74%	46,74%	48,24%	47,21%	47,19%	48,67%	49,03%	50,18%	50,90%	51,32%	51,56%	51,21%	51,39%	50,55%
RENDIA ESTATAL	16,26%	16,53%	17,10%	16,28%	16,07%	15,93%	16,39%	16,43%	17,18%	17,44%	17,65%	17,39%	17,63%	17,90%

Fonte: IBGE. Elaboração Ilaese

A variação da participação da renda estatal é bem tímida. Para ficar mais visível ainda este dado comparativamente ao dos capitais:



Fonte: IBGE. Elaboração Ilaese

CRESCIMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA COMO PROPORÇÃO DO PIB NO BRASIL							
2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
30.50	32.59	35.64	46.14	51.37	52.77	54.57	62.95

Fonte: Ilaese

Por isso a grita permanente contra os servidores públicos, cuja remuneração se inclui entre os gastos obrigatórios do Estado. Outro exemplo é dado pelo governo Jair Bolsonaro ao justificar a proposta de Emenda Constitucional nº 187 para permitir a desvinculação de um superávit financeiro de cerca de R\$ 219 bilhões a serem utilizados para amortizar a dívida pública da

União. Neste cenário, o capital financeiro internacional se mostra como comandante das demais frações da burguesia no Estado brasileiro.

O agronegócio é outro sócio deste bloco burguês. A base real disso é a crescente participação no PIB pelo menos desde 2013, embora já fosse uma fração burguesa com peso político significativo.

PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO PIB DO BRASIL¹

2013	18,8%
2014	18,7%
2015	20,1%
2016	22,3%
2017	20,8%
2018	20,1%
2019	20,5%
2020	26,6%

Fonte: Cepea/Esalq-USP

Do ponto de vista da participação dos ramos do agronegócio nestes percentuais, verifica-se o seguinte:

PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO PIB DO BRASIL POR RAMO

	INSUMOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
2013	0,9%	4,2%	5,2%	8,5%
2014	0,9%	4,2%	5,1%	8,5%
2015	0,9%	4,3%	5,5%	9,4%
2016	0,9%	5,0%	6,0%	10,4%
2017	0,8%	4,6%	5,7%	9,7%
2018	0,9%	4,3%	5,6%	9,3%
2019	1,0%	4,3%	5,7%	9,6%
2020	1,1%	7,0%	6,4%	12,1%

Fonte: Cepea/Esalq-USP

É interessante notar que, dentro dessa participação, prevalecem os serviços e a agropecuária. Cremos que isso indica como o país se concentra nas atividades menos intensivas em tecnologia, mesmo dentro desse setor dinâmico.

Também é importante salientar que, apesar da orientação liberal, é patente a intervenção estatal a fim de subsidiar o setor que representa de modo mais explícito a orientação predatória da burguesia no Brasil: desde o Plano Safra 2019/2020, o crédito oferecido pelo governo vem crescendo.⁴⁵

Finalmente, este setor burguês tipicamente apresentado como símbolo nacional exemplifica bem a associação com a burguesia internacional. Além da

evidente relação com o mercado externo, destino de parte significativa da produção agropecuária, sua representação parlamentar é composta por frentes setoriais (fumo, silvicultura, criação de gado, entre outras) defensoras da flexibilização da venda de terras para estrangeiros e da entrada de capital internacional.

NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA

A tensão entre a necessidade do ajuste fiscal e a manutenção do verniz social nas condições pós-crise de 2008 impuseram o abandono crescente do segundo. O governo Dilma Rousseff promoveu um estelionato eleitoral tão indisfarçável que não houve resistência massiva ao seu impeachment.

Este elemento é importante porque, neste episódio, se anunciava um fenômeno que se aprofundou na presidência de Michel Temer e no governo Bolsonaro: a fim de levar adiante a agenda neoliberal, o regime político torna-se crescentemente impermeável à opinião popular.

O vice de Dilma encerrou seu mandato com a inédita marca de 62% de avaliação ruim. Mas isso não o impediu de cumprir uma tarefa estratégica para o capital com a aprovação da Emenda Constitucional 95 (relativa ao teto de gastos). O atual presidente, por sua vez, sente-se confortável como um chefe de minorias e não faz questão alguma de utilizar o aparato estatal como seria esperado por parte de outros políticos burgueses. Exemplo disso é que, até agora pelo menos, renunciou a fortalecer posições para o pleito de 2022 ao não renovar o auxílio-emergencial.

Cremos que tem se demonstrado a incompatibilidade entre a agenda neoliberal, que significa posicionar o Brasil como exportador de produtos primários, com força de trabalho barata e dispersa, e a incorporação democrática dos interesses da classe trabalhadora. Isto foi funcional quando, entre 1930 e 1964, estratos da burguesia alimentavam perspectivas de desenvolvimento nacional.

Ao longo deste artigo, buscamos apontar que, com a mudança de estratégia a partir dos anos de 1990, o consórcio entre o capital financeiro internacional, seus sócios nacionais e o agronegócio direciona uma reconfiguração institucional que torna o Estado crescentemente alheio às necessidades básicas da maioria da população e, por fim, antidemocrático.

44. O cálculo inclui os setores de insumos, agropecuária, indústria e serviços.

45. Apresentação do Plano Safra 2021/2022. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/com-mais-recursos-e-melhores-condicoes-de-financiamento-plano-safra-2020-2021-tera-236-bilhoes/copy_of_ApresentacaoPlanoSafra20202021.pdf